

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O Estado que Prometeu Demais e Passou a Fatura aos Outros

Publicado em 2026-08-22 16:51:00



CRÓNICA · PENSÕES · ESTADO · RESPONSABILIDADE
POLÍTICA

O Estado que Prometeu Demais e Passou a Fatura aos Outros

Durante décadas, Portugal criou regimes de aposentação diferentes, adiou a convergência e transferiu obrigações para o futuro. Agora que a conta chegou, a justiça exige memória antes de exigir novos sacrifícios.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O problema não são os trabalhadores públicos que cumpriram as regras existentes. O problema é a sucessão de governos que criou, preservou e adiou o financiamento de compromissos de longo prazo, deixando gerações futuras a pagar decisões políticas tomadas décadas antes.

Durante décadas, Portugal administrou parte do seu Estado social como quem administra uma casa convencido de que as paredes imprimem dinheiro.

Prometeram-se carreiras, progressões, regimes especiais, aposentações antecipadas e direitos futuros segundo pressupostos construídos num tempo em que parecia razoável imaginar que a população nunca envelheceria, a economia cresceria indefinidamente e haveria sempre trabalhadores suficientes para financiar quem deixava o mercado de trabalho.

Não aconteceu.

A população envelheceu. A natalidade caiu. O crescimento económico foi medíocre durante longos períodos. A proporção entre trabalhadores ativos e pensionistas deteriorou-se.

E a matemática, essa criatura profundamente antidemagógica que não vota nem pertence a partidos, acabou por apresentar a conta.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

condições de aposentação que hoje seriam politicamente difíceis de justificar perante um trabalhador sujeito às regras gerais da Segurança Social.

Não todos.

Um professor, um auxiliar administrativo, um enfermeiro ou um funcionário municipal não deve ser transformado retroativamente num aristocrata do Estado. Muitas carreiras públicas tiveram salários modestos, progressões lentas e condições difíceis.

Mas existiram objetivamente regimes mais favoráveis em determinadas profissões, forças militares e de segurança e outras carreiras especiais. Existiram aposentações antes das idades que hoje consideramos normais, contagens especiais de tempo de serviço, modalidades de antecipação e fórmulas de cálculo mais favoráveis do que as que posteriormente seriam impostas às gerações seguintes.

Os dados históricos tornam esse contraste difícil de apagar. Segundo a PORDATA, com fonte na CGA, a idade média de aposentação/reforma da Caixa era de **58,2 anos em 2002 e 2003**. No mesmo ano de 2003, a idade média dos novos pensionistas de velhice da Segurança Social era de **63,5 anos**.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

2025	64,7 anos	65,6 anos

Fontes: PORDATA/ISS para a Segurança Social e PORDATA/CGA para a CGA. As séries têm definições institucionais próprias, mas mostram claramente a convergência ocorrida ao longo das últimas duas décadas.

Ou seja: **o problema histórico existiu, mas as regras atuais já não são as regras de 2003.** Criticar o passado com rigor é muito mais poderoso do que fingir que nada mudou.

A política descobriu o contribuinte do futuro

As pensões possuem uma característica politicamente maravilhosa: quem promete não é necessariamente quem paga.

Um governo pode criar num determinado ano uma responsabilidade financeira que continuará a produzir despesa vinte, trinta ou quarenta anos depois.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

frequentemente especialistas em explicar às gerações seguintes a necessidade de disciplina orçamental.

A obrigação, essa, ficou.

É uma das formas mais sofisticadas de irresponsabilidade política: distribuir no presente direitos cujo custo será cobrado a pessoas que ainda nem chegaram ao mercado de trabalho.

O eleitor recebe o benefício hoje. O governante recebe a popularidade hoje. O contribuinte recebe a conta décadas depois.

É um sistema extraordinariamente eficiente, desde que se esteja do lado certo da cronologia.

A CGA tornou-se o monumento contabilístico dessa época

A Caixa Geral de Aposentações é hoje uma espécie de fóssil financeiro vivo de sucessivas épocas da Administração Pública portuguesa.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

no Regime Geral da Segurança Social. Os subscritores já inscritos na CGA mantiveram-se no sistema.

A consequência era actuarialmente previsível: a CGA ficou com uma população fechada a novas inscrições, em envelhecimento, enquanto continuava responsável pelo pagamento das pensões dos seus antigos subscritores.

Em 2025, o rácio era de apenas **0,70 subscritores ativos por aposentado ou reformado**. O Conselho das Finanças Públicas relaciona diretamente esta deterioração com o encerramento do regime a novas inscrições desde 2006.

Não era necessária inteligência artificial para prever o problema.

Uma calculadora de bolso teria chegado.

Dois trabalhadores, duas histórias previdenciais

É quando colocamos os valores médios lado a lado que a divergência histórica se torna particularmente desconfortável.

Quadro comparativo — pensões do Regime Geral e a reforma da CGA

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Relação entre médias	1,00	2,45 x	
Universo	Pensões de velhice do Regime Geral	Aposentação/reforma CGA	

O Regime Geral é a melhor aproximação estatística ao universo dos trabalhadores do setor privado, mas não é exclusivamente privado: desde 2006 integra também novos trabalhadores da Administração Pública. A comparação é demonstrativa da diferença entre os dois regimes, não uma comparação salarial ou profissional controlada por carreira, habilitações ou anos de descontos.

Em abril de 2025, a Segurança Social registava **1.933.711 pensões de velhice do Regime Geral**, com valor médio de **673,46 euros**. Nos homens, a média era 847,98 euros; nas mulheres, apenas 512,92 euros.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A diferença entre as médias é de aproximadamente **975,54 euros por mês**. A média da CGA é cerca de **2,45 vezes** a média do Regime Geral.

Isto não prova que cada funcionário público tenha sido privilegiado face a cada trabalhador privado. Seria estatisticamente infantil. As carreiras são diferentes, as remunerações históricas são diferentes, a composição profissional é diferente e existem regras distintas acumuladas ao longo de décadas.

Mas também seria intelectualmente desonesto observar uma diferença desta dimensão e declarar que nada há para explicar.

**673,46
€**

Pensão
média de
velhice do
Regime
Geral em
abril de
2025.

**1.649
€**

Pensão
média
mensal de
aposentaçã
o/reforma
da CGA em
2025.

**6.962
M€**

Comparticip
ação do
Orçamento
do Estado
para
assegurar o
equilíbrio

financeiro
da CGA em
2025.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

aproximadamente **13,03 mil milhões de euros**. A receita efetiva foi de 12,91 mil milhões.

Mas dentro dessa receita encontra-se uma peça que não pode ser ignorada: a comparticipação do Orçamento do Estado destinada a assegurar o equilíbrio financeiro do sistema atingiu **6,962 mil milhões de euros**.

Quase sete mil milhões num único ano.

Esse dinheiro não nasce numa árvore discretamente plantada atrás do Ministério das Finanças.

Vem do Orçamento.

E o Orçamento é financiado pela sociedade.

Pelos trabalhadores públicos. Pelos trabalhadores privados. Pelas empresas. Pelos consumidores. Pelos pensionistas.

É aqui que surge a pergunta politicamente desconfortável: um trabalhador cuja futura pensão é calculada dentro das regras atuais do Regime Geral participa, através dos impostos, no financiamento de compromissos históricos assumidos por um sistema que durante décadas teve regras diferentes.



O problema não são os funcionários públicos

Esta distinção é essencial.

Transformar esta história numa guerra contra funcionários públicos seria intelectualmente preguiçoso e politicamente muito conveniente para quem verdadeiramente tomou as decisões.

Portugal precisa de professores, médicos, enfermeiros, militares, polícias, engenheiros, investigadores, técnicos e de uma Administração Pública profissional.

Um trabalhador que cumpriu a legislação existente não pode ser acusado de ter escrito essa legislação.

A responsabilidade é política.

Está em quem criou sistemas diferentes. Em quem os manteve. Em quem conhecia as projeções demográficas. Em quem recebeu relatórios. Em quem sabia que a esperança de vida aumentava e que a relação entre ativos e pensionistas se degradaria.

E decidiu entregar o problema ao governo seguinte.



Depois chegou a convergência

Quando a realidade finalmente venceu a imaginação política, começaram as reformas.

A idade de aposentação aumentou. As regras de cálculo foram aproximadas. Regimes especiais foram revistos. A CGA deixou de receber novos subscritores. As gerações mais recentes de trabalhadores públicos passaram para o Regime Geral.

A própria legislação de 2005 dizia expressamente que pretendia rever regimes especiais com desvios em matéria de tempo de serviço, idade de aposentação e fórmula de cálculo, aproximando-os do Regime Geral em nome da convergência, equidade e sustentabilidade.

O problema é que as reformas chegaram depois de décadas de direitos acumulados.

E os direitos sobreviveram às regras que os criaram.

Por isso coexistem hoje várias gerações sujeitas a condições profundamente diferentes.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

de aproximadamente ~~0,657 mil milhões de euros~~, segundo o Conselho das Finanças Públicas, depois dos ajustamentos indicados pelo próprio organismo.

A CGA, por outro lado, permanece estruturalmente dependente de transferências do Orçamento do Estado.

É legítimo, do ponto de vista macroeconómico, analisar conjuntamente as responsabilidades do Estado com pensões. Aliás, existe uma razão técnica evidente: desde 2006, novos trabalhadores públicos contribuem para o Regime Geral enquanto a CGA continua a pagar obrigações de gerações anteriores.

Mas há uma fronteira política que deve permanecer perfeitamente visível.

Uma coisa é consolidar contas. Outra coisa é consolidar patrimónios.

Somar responsabilidades para compreender a posição financeira global do Estado não é o mesmo que decidir que reservas destinadas a um regime podem ser utilizadas para cobrir compromissos históricos de outro.



Sem eufemismos.

Sem engenharia contabilística.

E, idealmente, sem um relatório de quatrocentas páginas publicado numa sexta-feira de agosto.

O trabalhador que teve menos não pode ser sempre o último recurso

Existe uma questão de justiça intergeracional que não pode ser dissolvida dentro de modelos actuariais.

O trabalhador que passou quarenta anos numa empresa privada, enfrentou desemprego, salários baixos, falências patronais, precariedade e sucessivas alterações da Segurança Social pode legitimamente perguntar:

Porque devo suportar responsabilidades históricas de sistemas cujas condições nunca estiveram disponíveis para mim?

Não é uma pergunta contra funcionários públicos.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

E justiça social não pode significar simplesmente encontrar o bolso onde ainda resta alguma coisa.

Governar não é distribuir aquilo que ainda não existe

Durante demasiado tempo confundimos política social com generosidade administrativa.

Mas um Estado social sério não é aquele que promete mais.

É aquele que consegue cumprir o que promete sem condenar as gerações seguintes a financiar aquilo que nunca lhes será oferecido nas mesmas condições.

Uma pensão elevada financiada adequadamente é um direito.

Uma pensão prometida sem financiamento suficiente transforma-se numa responsabilidade para terceiros.

Uma reforma antecipada não desaparece quando o trabalhador abandona o serviço. Pode continuar a custar dinheiro durante vinte ou trinta anos.

Uma assinatura ministerial demora segundos.



Quem paga? E quando paga?

A solidariedade precisa de reciprocidade

Um sistema público de pensões depende de um contrato social extraordinariamente delicado.

Os trabalhadores atuais financiam os pensionistas atuais esperando que os trabalhadores futuros façam o mesmo por eles.

Esse contrato não vive apenas de contribuições.

Vive de confiança.

Confiança entre gerações. Confiança nas instituições. Confiança de que as regras não serão arbitrariamente alteradas para proteger uns e penalizar outros.

Se uma geração concluir que lhe exigem carreiras mais longas, reformas mais tardias e benefícios relativamente menores para financiar compromissos históricos que ela



Blogue Fragmentos do Caos

A verdade nasce onde o pensamento é livre.

repartição, o problema deixa de ser apenas financeiro.

Torna-se democrático.

A conta chegou

Durante décadas Portugal conseguiu praticar uma extraordinária engenharia política: criar benefícios no presente e deslocar as consequências para um futuro suficientemente distante para não interferir com as próximas eleições.

Esse futuro chegou.

Está sentado à nossa mesa.

Traz décadas de responsabilidades acumuladas.

E, infelizmente para os discursos, trouxe uma calculadora.

Não devemos procurar culpados entre professores aposentados, antigos funcionários administrativos, militares ou qualquer outro grupo que apenas viveu segundo as regras existentes.

Devemos procurar responsabilidade onde ela sempre deveria ter estado:

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

pensionistas que menos recebem, Portugal deveria fazer aquilo que raramente faz com verdadeira profundidade: uma contabilidade histórica das suas pensões.

Quanto foi prometido?

A quem?

Segundo que regras?

Qual era a idade efetiva de aposentação?

Qual era a relação entre a última remuneração e a primeira pensão?

Quanto custaram os regimes especiais?

Quanto ainda falta pagar?

Quanto veio e continua a vir do Orçamento do Estado?

E sobretudo:

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

conta.

Só depois dessa transparência podemos falar seriamente de solidariedade.

Porque solidariedade pressupõe reciprocidade.

E quando alguém integrado num sistema onde a pensão média de velhice ronda os **673 euros** é chamado, através da fiscalidade geral, a ajudar a suportar compromissos históricos de um regime cuja média ultrapassa os **1.600 euros**, pelo menos merece uma explicação completa de como chegámos aqui.

Caso contrário, solidariedade deixa de ser solidariedade.

Passa a ter outro nome:

transferência silenciosa de riqueza.

E um Estado democrático não deveria exigir silêncio precisamente àqueles que passaram uma vida inteira a pagar a conta.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

“O contribuinte do futuro é o único eleitor a quem se podem prometer despesas sem receio de perder o voto seguinte.”

Nota editorial

Esta crónica é um texto de opinião e crítica política sustentado por dados públicos. Não afirma que todos os trabalhadores da Administração Pública tenham beneficiado de reformas antecipadas, nem que todas as pensões da CGA sejam privilegiadas ou injustificadas. Existem diferenças relevantes de carreira contributiva, remuneração, qualificação profissional, regime jurídico e trajetória salarial.

O quadro de valores compara a **pensão média de velhice do Regime Geral da Segurança Social em abril de 2025 (673,46 €)** com a **pensão média mensal de aposentação e reforma da CGA em 2025 (1.649 €)**. Os períodos de referência não são exatamente coincidentes e os universos não são homogêneos. A comparação pretende mostrar uma diferença estrutural entre regimes, não provar uma vantagem causal individual.

O Regime Geral também não corresponde exclusivamente ao setor privado: desde 1 de janeiro de 2006, os novos

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Os dados históricos de idade média de reforma mostram igualmente que houve uma efetiva convergência. Em 2003, a média era 58,2 anos na CGA e 63,5 anos entre novos pensionistas de velhice da Segurança Social; em 2025, as séries indicam 65,6 e 64,7 anos, respetivamente. A crítica desta crónica incide sobretudo sobre a construção histórica dos compromissos e sobre a responsabilidade política pela sua sustentabilidade.

A CGA não deve ser descrita simplesmente como um “fundo” que foi esvaziado. Trata-se de um regime público cuja população ficou fechada a novas inscrições em 2006 e cujo equilíbrio é atualmente assegurado, em larga medida, por transferências orçamentais. Em 2025, o Conselho das Finanças Públicas registou uma participação do Orçamento do Estado de 6.962 milhões de euros destinada a assegurar o equilíbrio financeiro da CGA.

Finalmente, analisar conjuntamente as responsabilidades da Segurança Social e da CGA não equivale automaticamente a transferir património do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social para a CGA. Esta crónica distingue deliberadamente as duas questões.



Referências e fontes

Documentos institucionais e bases estatísticas utilizados para verificar valores, regras de inscrição, idades de aposentação e sustentabilidade financeira.

1. Síntese de Informação Estatística da Segurança Social — abril de 2025

Instituto da Segurança Social · 2025

Regista 1.933.711 pensões de velhice do Regime Geral e um valor médio de 673,46 euros.

2. Evolução orçamental da Segurança Social e da CGA em 2025

Conselho das Finanças Públicas · Relatório n.º 04/2026 · 28 maio 2026

Fonte para a pensão média CGA de 1.649 euros, despesa de 13.030 M€, comparticipação do OE de 6.962 M€, saldo da Segurança Social e rácio de 0,70 ativos por aposentado.

3. Inscrição de subscritores na Caixa Geral de Aposentações

Caixa Geral de Aposentações

Confirma que, desde 1 de janeiro de 2006, o pessoal admitido na função pública passou a ser inscrito no Regime Geral da Segurança Social.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

2025.

5. Média de idades dos novos pensionistas de velhice e invalidez da Segurança Social

PORDATA · fonte ISS/MTSSS · atualização 2026

Série histórica usada para os 63,5 anos em 2003 e 64,7 anos em 2025 nas pensões de velhice.

6. Relatório sobre a Sustentabilidade Financeira da Segurança Social — OE 2026

GPEARI / Ministério das Finanças · 2025

Inclui a evolução da pensão média de velhice do Regime Geral, valores por sexo, novas pensões e distribuição por escalões.

7. Aposentação — regras de cálculo

Caixa Geral de Aposentações · atualização 2025

Documenta as diferentes parcelas e a aplicação progressiva das regras do Regime Geral a períodos e subscritores determinados.

8. OECD Economic Surveys: Portugal 2026

OCDE · 2026

Analisa a sustentabilidade das pensões portuguesas, a evolução demográfica e a redução gradual do peso do subsistema público antigo.

9. Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29 de dezembro

Legislação portuguesa

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

cidadania.

URL canónica: <https://www.fragmentoscaos.eu/2026/08/22/o-estado-que-prometeu-demais-e-passou-a-fatura-aos-outros/>



GitHub Pages



CodeBerg Pages



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)